



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Trabalho profissional.

O COTIDIANO COMO FONTE E DESAFIO DO PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL: UM ESTUDO DE CASO

Conceição Maria Vaz Robaina¹

Resumo: O presente trabalho parte de considerações sobre a categoria cotidiano para apresentar a sistematização de uma experiência profissional, num esforço metodológico de apreensão da realidade para construir um programa a partir dos interesses dos trabalhadores atendidos.

Palavras-chaves: Cotidiano; Exercício profissional; Ppreparação para aposentadoria; Saúde do trabalhador

Abstract: The present work starts from considerations about the daily category to present the systematization of a professional experience, in a methodological effort of apprehension of the reality to construct a program from the interests of the workers attended.

Keywords: Daily life; Professional practice; Retirement preparation; Worker's health

Ao realizar o debate sobre a instrumentalidade do serviço social, Souza (2008) destaca que o assistente social trabalha com questões singulares que aparecem como sendo exclusivas daquele sujeito. A rotina dos serviços se assemelha então, num olhar imediato, a uma coleção de casos individuais à espera de um lugar nos critérios de elegibilidade dos programas institucionais. Por outra via, ao assistente social que hiperdimensiona a competência técnico-operativa da profissão, as demandas se apresentam como fatores estressores, sobretudo em tempos neoliberais em que se entrecruzam restrição de recursos e metas de produtividade a serem alcançadas.

Entretanto, o mandato social conferido ao assistente social, que lhe determina formação de ensino superior compatível com sua matéria de trabalho, exige que o mesmo seja capaz de ultrapassar a aparência dos fenômenos, identificar sua essência, para retomar à intervenção. A tríade categorial universalidade – singularidade – particularidade se evidencia então uma potente estratégia metodológica para o serviço social. (Pontes, 2000)

Contudo, o desafio está em emergir do delicado e arenoso universo do cotidiano, diante do tensionado processo de trabalho nas instituições, para buscar os determinantes daquela expressão da questão social, partindo da empiria. Os riscos de

¹ Professor com formação em Serviço Social. PUC-RIO. E-mail: <konrobaina@yahoo.com.br>.

tal incursão residem nos vieses positivistas e da “*apologia fenomênica da vida cotidiana*” (Antunes 2009:168), que tem no cotidiano o seu berço e universo explicativo.

Numa crítica ao que denominou de “nova coqueluche” entre os assistentes sociais, ainda em 1987, José Paulo Netto problematizava o crescente interesse dos profissionais pela temática do cotidiano. Alertava o autor que a incorporação acrítica do debate, desprovido de um aparato categorial e um referencial teórico que permita superar a imediaticidade dos fatos serve apenas para reiterar velhas condutas, que se polarizam entre o “racionalismo limitado (v.g., a moléstia positivista) e da derivação irracionalista (v.g., a vertente fenomenológica)” (1987, 63-64). Mas é também o próprio autor quem nos afiança que pode ser frutífero tal investimento, se acompanhado de uma correta apropriação do complexo categorial da teoria social de Marx (Idem, p. 64).

Em outra obra, Netto afirma que uma das contribuições que o serviço social pode oferecer à tradição marxista, pela natureza da profissão, é a de indicar realidades e processos a se constituir objeto de investigação acerca do modo de ser e de reproduzir-se do ser social. (Netto, 1989)

Para Antunes (2009), em que pese os riscos iminentes, tratar da reprodução social do ser social requer a tomada de análise do cotidiano:

Mas a referência à vida cotidiana e suas conexões com o mundo do trabalho e da reprodução social é imprescindível, quando se pretende apreender algumas das dimensões essenciais do ser social. As conexões existentes entre as ações práticas e histórico-ontológicas e as esferas mais autênticas da genericidade humana, como a ética, a filosofia, a arte, a ciência, as formas superiores da práxis sociocultural, encontram na heterogeneidade da vida cotidiana, em suas ações imediatas e espontâneas, a sua base ontológica, constituindo-se, conseqüentemente, no ponto de partida do processo de humanização do ser social. (2009: 168)

Em sua caracterização da estrutura da vida cotidiana, Agnes Heller² (1992) afirma a ineliminável cotidianidade da vida do homem, qualquer que seja ele. Entretanto destaca que, se nenhum homem pode desligar-se totalmente da vida cotidiana pelo tanto de identificação com sua atividade humano-genérica, por outro lado [...] “não há nenhum homem, por mais “insubstancial” que seja, que viva tão-somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente.” (1992:17). Esta dialética engendra muitas mediações para apreensão do cotidiano. Na ilustração da autora:

² Não é alegórico apontar que Heller, Antunes e Netto tomam os postulados de Lukács por base para pensar o cotidiano. Entretanto, vale destacar, na concepção de Netto (1987) após as produções do início da década de 70, Heller vai se afastando das concepções lukacsianas.

“Assim, por exemplo, o trabalho tem frequentemente motivações particulares, mas a atividade do trabalho – quando se trata de trabalho efetivo (isto é, socialmente necessário) – é sempre atividade do gênero humano”. (idem: 21)

Segundo a autora, a vida cotidiana não é, de per si, alienada, mas assume este caráter em determinadas estruturas econômicas onde se opera um distanciamento entre o desenvolvimento humano-genérico e reais condições de desenvolvimento dos indivíduos particulares. E o capitalismo moderno, na análise da autora, exacerbou esta disparidade.

Retomando Netto (1987), o exame da cotidianidade exige ter em conta a generalização estrutural do modo burguês de produzir a vida para apreensão de suas determinações e expressões.

A planificação global – cobre a vida como um todo: da distribuição (destruição) ecológica ao conteúdo do lazer, do controle da mobilidade da força de trabalho ao *continuum* instrução formal/informal, etc. A organização capitalista (monopolista) da grande indústria moderna modela a organização inteira da sociedade macroscópica, impinge-lhe os seus ritmos e os seus ciclos, introduz com sua lógica implacável o relógio de ponto e os seus padrões em todas as microorganizações. (Netto 1987:86)

Considerando tais formulações e ciente do desafio metodológico de tratar o cotidiano como a dimensão da aparência, este estudo pretende socializar uma tentativa de realizar tal exercício numa experiência de trabalho interdisciplinar, no âmbito da saúde do trabalhador em uma Fundação pública, onde o objetivo primeiro foi o de responder às demandas implícitas dos trabalhadores. Ele pretende sistematizar um esforço de aproximações sucessivas da realidade, apresentada de forma dispersa pelos sujeitos atendidos, para consolidar um programa institucional modelado a partir dos interesses destes próprios trabalhadores.

Para situar a origem deste trabalho importa dizer que ele nos foi apresentado pelo exercício profissional como assistente social no Núcleo de Saúde do Trabalhador (NUST) da referida Fundação, atendendo a demandas espontâneas da força de trabalho da instituição, no período de 2006 a 2010. Aquela época fazia parte das atribuições do serviço social acompanhar os servidores da Fundação submetidos à perícia médica³. Chamava-nos atenção o fato de que alguns servidores em licença médica, ao se aproximarem do tempo de dois anos de afastamento, manifestar o desejo de retornar

³ Atualmente a instância a qual está subordinado o NUST, tem outra configuração, estando esta tarefa a cargo de outro núcleo específico.

ao trabalho apesar de seu médico assistente e a própria perícia médica indicarem a incapacidade para o trabalho. Em alguns casos, os servidores chegavam a faltar à convocação para o exame pericial buscando provocar uma “alta administrativa”. Uma atenção mais acurada revelou-nos ser uma espécie de resistência à aposentadoria por invalidez, já que por força do Regime Jurídico Único (RJU), servidores com licença médica por 24 meses consecutivos são automaticamente indicados para aposentadoria por incapacidade⁴. Intrigava-nos sobremaneira, que este comportamento se mantinha mesmo nos casos em que o servidor já havia adquirido o direito de se aposentar por tempo de contribuição e/ou idade e podia requerer esta modalidade de aposentadoria antes do parecer de invalidez da perícia médica.

Paralelamente, o serviço social era também o receptor de demandas de aposentados que desejavam solicitar perícia médica para requerer isenção de imposto de renda por doenças especificadas em lei⁵, na maioria por câncer e depressão surgidos após a aposentadoria.

Do olhar atento a esta demanda, onde esta associação aposentadoria/adoecimento se mostrava incidente, derivou um processo de investigação da realidade, com vistas à construção de ações no marco da saúde do trabalhador, de atenção a este período de transição. Tais ações, assim como as observações, foram frutos de um trabalho partilhado com uma profissional de psicologia, com quem realizávamos alguns destes atendimentos aos servidores.

Entretanto, por fidelidade, é preciso dizer que o investimento numa área menos visibilizada, quase desacreditada, como a aposentadoria, também cumpria outra função estratégica no que concerne ao exercício profissional como assistente social – ele nos permitia o acesso direto aos trabalhadores, associá-los para discussão de temas nevrálgicos para o trabalho e saúde do trabalhador, com menos rigidez dos protocolos e controle de gestores. Uma arena com menos disputas.

Assim, utilizando o espaço de oficinas periódicas de saúde do trabalhador junto a um programa institucional para servidores de Educação de Jovens e Adultos (PEJA), iniciamos um trabalho em grupo mapeando temas e expectativas sobre aposentadoria,

⁴ A legislação tem uma série de nuances, mas no geral obedece a esta máxima. Implica também no impedimento de atividade remunerada concomitante à aposentadoria e um cálculo de proventos proporcional ao tempo de serviço cumprido. Esta lei sofreu alterações desde esta época.

⁵ A legislação permite esta isenção para um rol de doenças definidas em lei, que não obedece necessariamente ao critério de gravidade. Dentre elas a neoplasia e alienação mental. Esta última, na avaliação dos peritos, requer que o trabalhador tenha sido interditado judicialmente.

seguido de rodas de conversas com especialistas nos temas escolhidos pelo grupo. Paralelamente, realizamos pesquisas bibliográficas sobre programas de preparação para aposentadoria e visitas institucionais, para conhecer o estado da arte e comparar os temas indicados espontaneamente pelo grupo com aqueles tratados nestes programas. Dois aspectos se destacaram: a “coincidência” dos temas elencados nas oficinas com os daquelas produções e o fato de que nenhum dos programas investigados tratava do tema saúde do trabalhador. O tema “saúde” estava relacionado a prescrições para a qualidade de vida.

Encerrado o trabalho com os servidores participantes do PEJA e já identificado os temas considerados centrais, realizamos uma oficina temática na reunião ordinária da associação de aposentados daquela Fundação, perguntando que temas consideravam necessário ter discutido antes de se aposentarem. De modo geral, os temas eram os mesmos indicados pelo grupo de trabalhadores ativos e que também figuravam em outros programas de preparação para aposentadoria.

Após dois anos de aproximações sistemáticas do problema-questão através de trabalhadores e setores estratégicos da instituição (Serviços de Recursos Humanos e perícia médica), participação em congressos, capacitações, negociação com gestores, foi lançado em 2010 o Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA), como um projeto estratégico da então Diretoria de Recursos Humanos, e execução da equipe de Saúde do Trabalhador.

Produto deste longo tempo de construção, o PPA já nasce como um programa interdisciplinar⁶ de atenção à aposentadoria nos marcos da Saúde do Trabalhador, preocupado com o impacto deste evento na saúde do servidor.

Desde sua primeira edição em 2010, a ação se estrutura em blocos de módulos temáticos, a partir daqueles temas indicados e validados no processo de investigação, acrescido do tema de Saúde do Trabalhador. O impacto da aposentadoria na saúde do servidor é “medido” pela aplicação de um instrumento validado – SF36⁷, que verifica como o sujeito avalia sua própria saúde em diferentes aspectos, durante o módulo de

⁶ A esta altura a equipe já era constituída de uma assistente social, duas psicólogas, uma nutricionista e uma historiadora (embora que com carga horária distintas), todas profissionais da Saúde do Trabalhador.

⁷Medical Outcomes Short-Form Health Survey (SF-36) é um instrumento de avaliação genérica de Saúde, originalmente criado na língua inglesa, adaptado e validado para a língua portuguesa. O Inventário de Qualidade de Vida SF- 36, no qual oito aspectos distintos são avaliados: capacidade funcional, aspectos físicos, aspectos emocionais, intensidade da dor, estudo geral da saúde, vitalidade, aspectos sociais e saúde mental.

saúde do trabalhador e após um ano de sua aposentadoria. Estes instrumentos são comparados e balizados pela entrevista realizada com o servidor em sua adesão ao programa e com a entrevista de retorno, realizada no mesmo momento da aplicação do segundo questionário.

É importante apontar o processo de construção destes módulos temáticos para melhor compreensão de como emergem as balizas deste estudo. Após sua inscrição voluntária no programa o servidor é convidado a uma entrevista sobre sua vida funcional, suas relações familiares e de vizinhança, relações financeiras, saúde, relações de trabalho, expectativas sobre a vida e sobre a aposentadoria, entre outros. No início desta entrevista esclarecia-se ao trabalhador que ele estava protegido pelo sigilo profissional, inclusive daqueles técnicos que não estavam subordinados a códigos de ética profissional, uma vez que os mesmos assinavam um termo de compromisso de sigilo, e ainda que aquele material ficava sob a guarda da equipe técnica; apesar disto, era opção do trabalhador responder ou não aquelas questões. Uma vez concluída todas as entrevistas, elaborava-se um perfil do grupo daquela edição, e a partir da análise da equipe técnica, definia-se o que e como abordar dentro de cada módulo, bem como que temas adicionais precisavam ser agregados. Obviamente, alguns temas eram permanentes (estruturais) como legislação e financeiro – interesse central e primordial entre os trabalhadores (quaisquer). Outros emergiam em um grupo específico, mas iam mostrando-se interesse universal, como o assédio moral, envelhecimento e organização dos aposentados.

Há outra diretriz central para se compreender o programa: as abordagens destes temas tinham que obedecer a um modelo crítico, dialogado. Não se avalizava abordagens prescritivas e esta era uma exigência a todos os facilitadores, fossem eles da própria equipe técnica ou dos parceiros convidados.

O contrato de sigilo pactuado entre todos os participantes no primeiro dia de módulo, já que deles participavam trabalhadores de unidades diversas, gestores, pesquisadores, trabalhadores de nível médio e auxiliar, colegas de trabalho, chefia e chefiado⁸... permitia que os temas mais delicados pudessem ser discutidos mais livremente. Em respeito a este pacto, não se admitia observadores de nenhum tipo durante os módulos.

⁸ Esta diversidade era mapeada no momento da elaboração do perfil para que se realizasse ajuste da linguagem, suporte individualizado, se necessário, e para que se atentasse para o atravessamento de relações hierarquizadas durante os módulos.

Este contato estreito com os trabalhadores em processo de aposentar-se desnudou uma realidade de muitos sofrimentos, de diferentes matizes, envolvendo a aposentadoria. Seja quando a aposentadoria é buscada como alternativa para fugir da situação de assédio moral ou dos constrangimentos entre o (servidor) “novo” e o “velho”; seja quando ela é a alternativa sugerida pela chefia para casos de transtorno mental. Ou ainda, quando o trabalhador, em particular o pesquisador, teme que sua aposentadoria o interdicte para o mundo acadêmico, inclusive frente às fontes de financiamento. Também há muito sofrimento entre os servidores que já alcançaram as condições de se aposentar, mas não podem fazê-lo pelo tamanho de seu endividamento por empréstimos consignados; ou porque temem a redução do salário por ainda serem responsáveis pelo sustento dos filhos e netos num contexto de altas taxas de desemprego.

Esta vastidão de sentimentos explicitados pelos trabalhadores combinava-se com outros altamente positivos em relação à aposentadoria, estabelecendo certa ambivalência frente a tomada de posição: aposentar-se ou não.

Por parte da equipe técnica, era necessário fazer uma suspensão da empiria para compreender como estes sentimentos se conectavam com a materialidade de forma a subsidiar o processo de transição destes trabalhadores, com vistas ao impacto em sua saúde após a aposentadoria. De fato, para além dos resultados na saúde dos servidores atendidos, o programa tinha como objetivo de longo prazo, provocar à instituição a constituição de política de saúde do trabalhador extensiva aos aposentados.

O medo da solidão, de ser esquecido, de perder a identidade, de não saber o que fazer com o tempo livre, de voltar pra casa, revelavam a centralidade do trabalho na vida do trabalhador, mas também a particularidade desta instituição que, por sua dimensão e posição geográfica, comporta restaurantes, sindicato, jornalista, agência bancária, espaços de esportes e de lazer, parte da assistência do plano de saúde próprio, creche, colônia de férias para os filhos, agência de correios, formação, etc... atuando como força centrífuga para sua força de trabalho. Concorre ainda para estes sentimentos elementos no plano subjetivo como um lema institucional que estimula o orgulho de ser parte daquela instituição.

Esta concepção idealizada da instituição que tudo provê é, no cotidiano, confrontada com os componentes reais do trabalho (na atualidade e no serviço público): a fragmentação, o processo de terceirização dos serviços, os constrangimentos pela multiplicidade de vínculos e sua hierarquização de direitos, o choque de valores entre

gerações de trabalhadores, os modelos gerenciais que introduzem metas, avaliações de desempenho e outros instrumentos herdados da iniciativa privada (como o Selo de Acreditação e inclusive o próprio assédio moral), a perda progressiva de poder aquisitivo dos salários... para ter-se uma noção do caldo de cultura. A expressão deste confronto é experimentada por muitos como o que categorizamos como “*mágoa institucional*”. Na base desta aparência supõe-se haver uma não consideração de que a instituição, como parte do aparelho do estado, há que refletir, em maior ou menor grau, os processos de privatização dos interesses sob gestão estatal. Como se a instituição, por ordem do desejo de seus gestores e trabalhadores, pudesse estar imune à hegemonia neoliberal. Desconhece, sobretudo, que estes interesses privatistas e suas nuances estão representados no próprio corpo funcional e de dirigentes, disputando hegemonia no âmbito da instituição.

Foi a partir de todas estas condicionalidades que o PPA se construiu sobre a crença de que, fornecer instrumental para uma análise crítica do próprio trabalho possa favorecer ao trabalhador numa construção de aposentadoria com impactos mais positivos sobre sua saúde.

Tal perspectiva já incorporava em seu bojo a crítica à hegemonia das concepções que permeiam Programas de Preparação para Aposentadoria, centrada na concepção de que o problema na aposentadoria deriva do ócio e/ou da ausência de planejamento do trabalhador, “preparando-o” para ocupar-se (com empreendedorismo ou voluntariado), “educando-o” moralmente para adequar-se à redução de salário e incentivando-o à prática de auto-cuidado para a qualidade de vida.

Mas as entrevistas de retorno, embora reduzidas em quantidade⁹, e as reuniões periódicas do grupo focal, realizadas pelo programa, com aposentados e demais egressos das edições, sugeriam que o ritmo e o sentido do trabalho já internalizados eram questões a ser superadas no cotidiano do aposentado e que se constituíam fatores estressores. Talvez seja possível articular a estas razões a origem de propostas nestes grupos de projetos como “pesquisador voluntário”, voluntariado no próprio PPA, militância no sindicato local, em Conselho do plano próprio de saúde... mas também saídas criativas de redirecionamento desta energia/tempo forjadas pelos trabalhadores.

O fato é que o acúmulo desta experiência, processado teoricamente, nos remete à concepção de que o mesmo paradigma que impõe ao trabalhador o sentido do

⁹ Os egressos do programa são convidados a retornar um ano após sua aposentadoria para nova aplicação do SF36 e nova entrevista de monitoramento.

trabalho como sofrimento, contraditoriamente interdita seu prazer na aposentadoria e se expressa na forma de adoecimento do trabalhador individual.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009. 2ª edição.

HELLER, A. O cotidiano e a história. Tradução COUTINHO, C. N. e KONDER, L. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 4ª edição.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. “O Serviço Social e a tradição marxista”. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 30. São Paulo: Cortez, 1989.

_____; FALCÃO, M. C. Cotidiano: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1987.

PONTES, R. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: CFESS; ABEPSS; CEAD/NED-UNB. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 04. Brasília: CFESS; ABEPSS; CEAD/NED-UNB, 2000.

ROBAINA, C. M. V. O serviço social na saúde do trabalhador: entre a afirmação de direitos e a burocratização dos direitos instituídos. In: CFESS; ABEPSS; ENESSO; CRESS / 11ª Região. (Orgs.) XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Foz do Iguaçu: CFESS, 2007.

_____; PINHEIRO, R. M. S. Saúde mental e trabalho nas particularidades do serviço público. Revista Advir. n.33. Rio de Janeiro: ASDUERJ, jul. 2015.

PONTES, R. “Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social”. In: Capacitação em Serviço Social e política Social, módulo 04. Brasília: CFESS/CEAD/NED-UNB, 2000.

SOUSA, C.T. “Aprática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional” In: Revista Emancipação, V. 8, nº 1. Ponta Grossa: UEPG, 2008.